

JOÃO COSTA PINTO

“Devem antecipar-se fundos europeus para financiar a economia”

Presidente do Crédito Agrícola está preocupado com o risco de impacto recessivo da desalavancagem da banca e do País

MARIA JOÃO GAGO
migago@negocios.pt

João Costa Pinto, presidente do Grupo Crédito Agrícola, defende que é necessário encontrar formas alternativas de financiar a economia portuguesa, nomeadamente através da antecipação de fundos europeus ou do pagamento das dívidas aos bancos, pelo Estado e empresas públicas. E sublinha: “temos de cumprir a nossa parte do acordo” com a troika.

Há uma tensão entre as imposições da troika e a posição da banca, sobretudo por causa de os bancos estarem obrigados a reduzir o recurso ao BCE ao mesmo tempo que devem manter o crédito à economia. Concorda?

É um dos problemas centrais do acordo. O pressuposto e objectivo central do memorando é abrir os mercados ao Estado e aos bancos. Mas a abertura do mercado não depende só de nós, mas de decisões que têm de ser tomadas a nível europeu. O movimento de desalavancagem a fazer por parte dos bancos é um dos problemas centrais com que a economia portuguesa se debate. É normal que bancos com rácios de transformação muito elevados tenham de os reduzir, no entanto, como o movimento é para fazer num período relativamente curto, é uma questão crucial encontrar fontes alternativas de financiamento da economia.

Que alternativas?

Por exemplo, a disponibilização e antecipação de fundos europeus, o pagamento de dívida aos bancos, do Estado e das empresas públicas, para os bancos ficarem com liquidez para apoiarem as PME e as em-

presas em geral. Não é, decerto, objectivo da troika nem de ninguém induzir uma recessão tão intensa e com consequências tão negativas, do ponto de vista económico e social, que todos os sacrifícios seriam em vão.

Como vê a decisão da Moody's de baixar o “rating” de Portugal em quatro níveis?

Nesta escalada de pressão sobre a Zona Euro, houve dois momentos de viragem muito importantes. Quando decidiu cortar em quatro níveis o “rating” de Portugal, no contexto de eleição de um novo Governo maioritário, em que o programa de ajustamento de Portugal tem o apoio de 80% do Parlamento, a Moody's indicou aos governos europeus que era irrelevante o que se fizesse a nível nacional e que o problema estava na Zona Euro. Mostrou que era preciso encontrar uma solução que travasse o risco sistémico. Houve, por outro lado, uma alteração qualitativa da situação, uma aceleração intensa da pressão, com o ataque à Itália. Foi um ataque directo à forma como a Zona Euro, leia-se a Alemanha, tem vindo a conduzir a resposta à crise da dívida soberana. Veio demonstrar que a resposta à crise da dívida soberana não se resolvia isolando as economias periféricas, dado que era toda a Zona Euro, através de Itália e depois da Espanha, que estava a ser posta em causa, assim como a própria sobrevivência do euro.

E quais são as soluções?

A solução passa, em primeiro lugar, pela resolução do problema grego. Neste sentido foram dados passos importantes na cimeira que se realizou há poucos dias. A Grécia

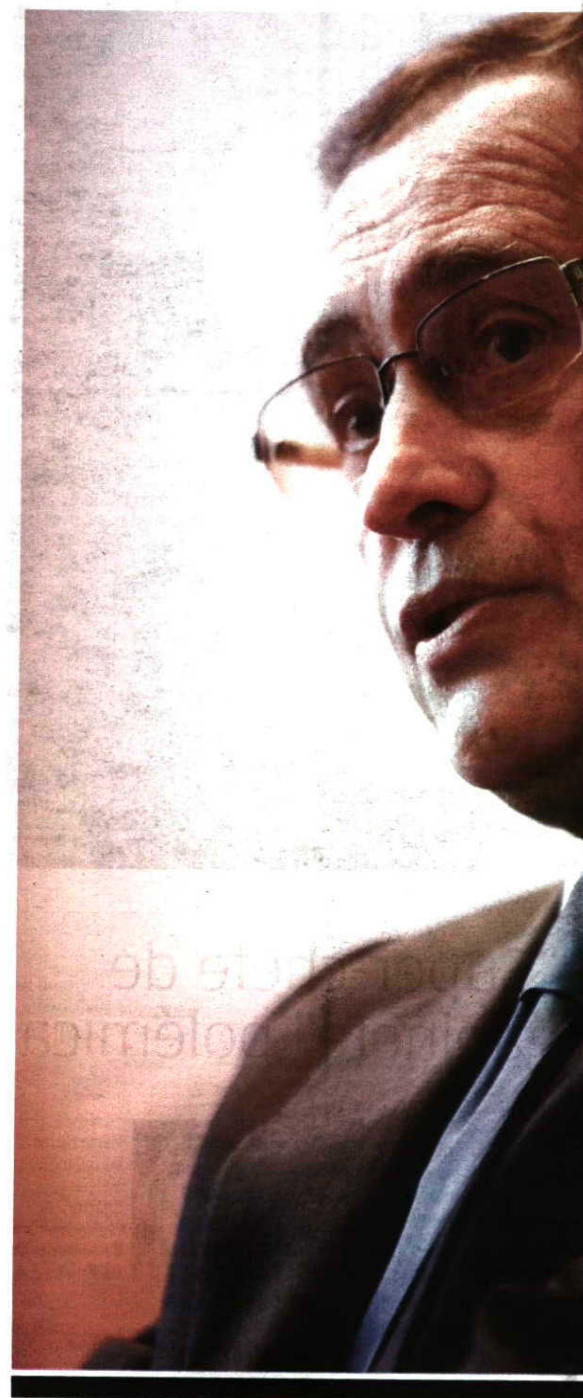
tem vindo a envenenar toda a situação da crise de dívida soberana. É um vírus que contamina toda a Zona Euro. Por isso, é preciso encontrar uma solução definitiva para a Grécia. Depois, é preciso implementar medidas que permitam que os países mais débeis, no contexto dos seus programas de reequilíbrio, se consigam financiar de forma razoável. Relativamente a Portugal, sendo verdade que entendo a lógica do pacote, fiquei surpreendido com o nível de taxas de juro exigidas a Portugal e à Irlanda. Neste contexto foi importante a redução acordada na Cimeira.

Face à sua leitura da situação da Zona Euro, está confiante de que a Europa conseguirá encontrar uma saída?

Estou. Continuo a acreditar que a importância histórica, económica e política da União Europeia é tão grande, para o presente e o futuro da Europa, e assumindo o euro uma posição central nessa construção, continuo convencido de que a Europa, no limite, encontrará soluções que permitirão estabilizar a situação. Depois será necessário mergulhar de novo na análise dos programas a que as economias periféricas foram submetidas, designadamente no que diz respeito às condições de financiamento, aos prazos e à organização e financiamento do sistema financeiro e dos bancos. Entretanto, a nós portugueses resta-nos cumprir escrupulosamente aquilo a que nos comprometemos. Não vejo alternativa.

Quando se deve rever o programa de ajuda a Portugal?

Mal a situação da Zona Euro estabilize, há, a meu ver, aspectos do



É normal que bancos com rácios de transformação muito elevados tenham de os reduzir.

Não é, decerto, objectivo da troika nem de ninguém induzir uma recessão tão intensa e com consequências tão negativas.



programa que deviam ser reavaliados, de modo a criar condições capazes de favorecer o crescimento. Mas, entretanto, temos de cumprir a nossa parte do acordo.

Em relação ao sector financeiro é necessário rever o quê?

A velocidade do movimento de desalavancagem, pelos riscos que coloca ao financiamento da actividade económica. E a obrigatoriedade de níveis de capitalização que não coloquem os bancos portugueses em desvantagem face à restante banca europeia.

Como vê os resultados da cimeira europeia que permitiu alcançar um acordo relativamente à Grécia que beneficiou também Portugal e a Irlanda?

As decisões tomadas reflectem o receio do contágio à Itália e à Espanha das pressões sobre a dívida soberana. Foram tomadas decisões importantes que representaram passos na direcção certa. Em particular, a decisão de baixar para 3,5% a taxa de juro da ajuda externa dos países que já a solicitaram (Grécia, Irlanda e Portugal), assim como o alongamento dos prazos. No entanto, trata-se apenas de um primeiro passo que deixou ainda de fora questões essenciais de que depende a estabilização consolidada da situação.

O que falta fazer?

A crise foi tão longe e a credibilidade da Zona Euro foi de tal forma afectada que vão ter de ser tomadas algumas medidas radicais, e que há dois anos seriam consideradas impensáveis. Desde logo, medidas concretas para reduzir a influência das agências de "rating" sobre as decisões, quer dos investidores, quer, sobretudo, das próprias autoridades monetárias e de supervisão. A emissão de alguma forma de "eurobonds" que venham a permitir aos países submetidos a programas de reequilíbrio e reforma de grande severidade financiarem-se, em condições (taxas de juro e prazo) razoáveis. É preciso dar-lhes tempo para introduzirem reformas estruturais que são necessárias para aumentarem o seu potencial de crescimento. É necessário reformular a própria organização institucional e de governação da Zona Euro.

Como a criação de um ministro das Finanças Europeu?

A crise foi de facto tão longe que se torna necessária uma coordenação das políticas fiscais que aproximará progressivamente a Zona Euro de soluções federais. A situação actual, em que o BCE tem sido deixado praticamente isolado a garantir a estabilidade, quer da Zona Euro, quer do sistema bancário europeu não é, na minha opinião, sustentável por muito mais tempo.

Grupo vai aumentar crédito em contraciclo com o mercado

Solidez do banco permite expansão da carteira de crédito. Lucros cresceram 60% no primeiro semestre

O grupo Crédito Agrícola (CA) vai aumentar a sua carteira de crédito, ao contrário do que vai acontecer com o conjunto do mercado. Esta subida está prevista no plano de capitalização e liquidez que a instituição entregou ao Banco de Portugal e que está a ser discutido com a troika internacional. E deve-se ao facto de o banco ter um rácio de transformação de depósitos em crédito inferior a 90%, adiantou João Costa Pinto, presidente da instituição financeira, em entrevista ao **Negócios**.

"Dada a situação de partida em termos de solidez [12% de rácio de "core tier one"] e rácio de transformação [89,5%], temos uma base que nos permite olhar com tranquilidade para os próximos anos. O rácio de transformação do CA permite-lhe continuar a expandir a sua carteira de crédito, o que é importante na situação actual", justificou o economista.

A estratégia de crescimento da actividade passa por desenvolver a base de clientes do grupo, designadamente através do reforço do "crédito a pequenas e médias empresas (PME), às economias familiares e à actividade industrial".

Assim, ao contrário da generalidade do sector, que vai ter que reduzir o seu rácio de transformação para um máximo de 120% até ao final de 2014, o CA admite que o seu rácio "possa subir, aproximando-se dos 100%. Estamos em posição para apoiar a actividade económica em geral, dado o tipo de banca que o CA sempre praticou, muito tradicional".

Nos primeiros seis meses deste ano, a carteira de crédito do grupo registou um aumento mar-

12%

Rácio de solvabilidade "core tier one" do Grupo Caixa Agrícola. O rácio de transformação créditos/depósitos está nos 89,5%.

ginal de 0,4%, para 8,63 mil milhões de euros. Por seu turno, os depósitos caíram 3,6%, para 9,6 mil milhões. "Temos uma base de depósitos que reflecte a banca de proximidade que desenvolvemos, mas que tem estado sujeita a uma pressão significativa por parte da concorrência. Por isso, houve alguma erosão nos depósitos", explicou Costa Pinto. Mas é intenção do banco "fazer tudo o que for possível para preservar a sua base de clientes".

Em termos de desempenho financeiro, os lucros do CA aumentaram 61% no primeiro semestre, para 30 milhões de euros. "Foi sobretudo a margem financeira [mais 21,4%, para 171 milhões], que reflectiu a evolução das taxas de juro de mercado", que contribuiu para esta subida.

"Mas houve também um aumento da margem complementar, à medida que o CA tira partido do esforço de investimento e modernização dos últimos cinco anos. Houve um aumento das comissões e também dos ganhos da actividade financeira e de tesouraria", esclareceu o banqueiro. **MJG**

O rácio de transformação do CA permite-lhe continuar a expandir a sua carteira de crédito.

Estamos em posição para apoiar a actividade económica em geral, dado o tipo de banca que o CA sempre praticou, muito tradicional.

JOÃO COSTA PINTO
Presidente do Grupo
Crédito Agrícola

A nós, portugueses, resta-nos cumprir escrupulosamente aquilo a que nos comprometemos.

Pedro Elias



CISION



ID: 36816458

Jornal de
Negócios
www.negocios.pt

03-08-2011

Tiragem: 18381

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 5,90 x 2,70 cm²

Corte: 3 de 3



Crédito Agrícola
vai aumentar crédito
em contraciclo com
o sector **Empresas 9**